

# Paz aos xacriabás: está preso o grileiro Amaro

Pedro Graeff

Aos 48 anos de idade, acusado, julgado e absolvido por dois assassinatos em Itacarambi, indiciado por danos contra patrimônio da União, invasão de terras, receptação de gado roubado, formação de quadrilha e emboscada e apontado como o mandante da chacina do último dia 12, quando foram mortos três índios e um pistoleiro na reserva Xacriabá, no Norte do Estado, o cearense Francisco de Assis Amaro pisou ontem pela primeira vez em uma delegacia.

Preso às 11h de ontem no centro de Manga, Norte de Minas, depois de uma engenhosa operação montada pelo delegado federal Agílio Monteiro Filho, Amaro foi levado direto para o aeroporto da Fazenda Cauê, a poucos quilômetros da cidade, e trazido de avião para Belo Horizonte, onde está preso no Departamento de Polícia Federal. "Nunca pisei em uma delegacia" — gabou-se ele ao delegado Monteiro durante a viagem. Duas horas depois, estava na cela do subsolo do prédio do DPF, no bairro Luxemburgo.

Apontado como um dos maiores grileiros de terras dos índios xacriabás, nos municípios de Manga e Itacarambi, o fazendeiro Francisco Amaro chegou à região em 1962, vindo da cidade cearense de Jardim. Em poucos anos já era um homem rico, aumentando seu patrimônio de terras às custas da manutenção de pequenos posseiros dentro da reserva indígena, de acordo com denúncia do Conselho Indigenista Missionário, ligado à CNBB.

Apesar de indiciado em vários inquéritos e permanentemente acusado pelos índios de invasão da área demarcada pela Funai, Amaro, além de nunca ter sido preso, conseguiu sempre ser absolvido em todos os processos julgados pela Justiça de Itacarambi e Manga. Em um deles — conta-se na região —, o fazendeiro, também comerciante e proprietário de grande rebanho, ameaçou um por um todos os jurados que compunham o corpo de julgamento ao responder pelo assassinato de dois homens, pai e filho, cometido por ele em Itacarambi. Apesar das evidências da autoria, foi absolvido nos dois processos. Todos eles por unanimidade — sete a zero em cada um.

A certeza da impunidade e o grande poder econômico da sua família no Norte de Minas levaram o grileiro a novas aventuras. Acusado de receptação de gado roubado, nem chegou a ser julgado. No ano passado, durante nova invasão à reserva, onde vivem 4 mil índios, destruiu placas de identificação da área demarcada e jogou ao chão a toska construção que serve de posto avançado da Funai. Indiciado por danos ao patrimônio da União pela Polícia Federal, não chegou a participar de qualquer audiência na Justiça Federal.

Foi com essa mesma certeza de que não seria molestado que Francisco Amaro invadiu a reserva na madrugada do dia 12, liderando um grande grupo de pistoleiros, e executou a sangue frio o cacique Rosalino Gomes de Oliveira e os índios José Teixeira Xacriabá e Manoel Fiúza. O tiroteio e os gritos dos grileiros ainda não saíram da cabeça de um dos filhos menores do cacique, obrigado por Amaro a arrastar para fora do barraco de adobe o corpo ensanguentado do pai, para se certificar de que o cacique estava morto. Todos os passos do grupo na noite da chacina, na aldeia do Sapê, foram levantados nos últimos dias pelo delegado Monteiro, deslocado imediatamente para o local pelo superintendente regional do órgão em Minas Gerais, delegado Renato Surette.

Todas as testemunhas ouvidas pelo policial confirmaram a presença do fazendeiro na casa do cacique Rosalino. "Eles já chegaram disparando e gritando que eram da Polícia Federal" — disse um dos sobreviventes. "Foram tantos tiros que um dos pistoleiros, Agenor Nunes Macedo, tombou morto no fogo cruzado. Depois de se certificar que Rosalino havia morrido, Amaro comandou a retirada, mas lançou uma ameaça — a de que o próximo seria o líder geral das aldeias, o cacique Rodrigão.

## Armadilha e prisão

Durante a primeira semana de investigações, a Polícia Federal levantou os nomes de seis dos participantes da chacina, todos eles indiciados pelo delegado Agílio Monteiro. Além de Francisco Amaro — segundo ele — participaram do extermínio os posseiros Roberto



Amaro veio mas os outros grileiros ficaram presos onde moram

Freire, Germano Gonçalves da Silva e os irmãos Martinho Alves Vidoca, Sebastião de Oliveira Vidoca e Claudomiro de Oliveira Vidoca. Todos estavam desaparecidos da região e, à exceção de Amaro, os cinco foram voltando aos poucos a Manga e Itacarambi.

O que interessava à Polícia Federal, entretanto, era o chefe e mandante da chacina, o que levou os delegados Surette e Monteiro a armar uma estratégia para sua prisão. Na segunda-feira, o responsável pela investigação na reserva pegou o avião fretado pelo DPF e chegou a Belo Horizonte. Paralelamente, o superintendente do órgão conseguiu com o juiz federal Eustáquio Nunes Silveira a decretação da prisão preventiva dos seis indiciados, depois de um longo relato sobre a situação e o clima de tensão reinante entre os índios. Quando o delegado Monteiro voltou a Manga, no final da tarde, já levava consigo os seis mandados e entrava em sua segunda fase o plano de prisão. Acompanhado à Capital por um dos irmãos de Amaro, influente advogado na região, o policial seguiu direto para a reserva. No centro de Manga, cruzou algumas vezes com os outros cinco indiciados. Quando o fazendeiro se sentiu seguro, ao ver o livre trânsito dos companheiros, deixou a toca. Na sua primeira aparição na cidade, recebeu ordem de prisão e minutos depois estava a caminho de Belo Horizonte por determinação do delegado Surette, que temia uma invasão dos xacriabás à cadeia pública local.

Imediatamente após a prisão de Francisco Amaro, os agentes federais executaram os outros mandados. Com a ajuda da Polícia Militar, foram presos Roberto Freire e Germano, que se embrenharam em uma mata da Reserva Xacriabá. Levados para a cadeia pública de Itacarambi, chegou a hora da prisão dos irmãos Vidoca. Sem qualquer resistência, se entregaram e foram recolhidos à cadeia de Manga, onde ficarão à disposição da Polícia Federal.

## Advogados ágeis

Foi na própria pista do pequeno aeroporto da Fazenda Cauê, antes do avião levantar voo, que o delegado Monteiro Filho ouviu pelo aparelho de rádio a autorização da torre de Montes Claros para a decolagem de um táxi aéreo trazendo a Belo Horizonte dois advogados contratados pela família do grileiro. Ao mesmo tempo que Francisco Amaro entrava ontem junto com a escolta pelo portão que dá acesso à carceragem do DPF, em Belo Horizonte, um andar acima o aguardava na portaria o advogado

Ariosvaldo Campos Pires, ex-presidente da seção regional da Ordem dos Advogados do Brasil, contratado logo após a prisão.

"Eu nunca tive isso com a polícia" — disse o fazendeiro ao superintendente do órgão, apertando o dedo polegar direito contra o indicador. "Nunca fiz nada de errado na minha vida. Sou um homem pobre, que luta pela sobrevivência. Nada tenho a ver com os problemas de Xacriabá".

Com a prisão dos seis implicados, o delegado tem agora um prazo de 15 dias para concluir e remeter o inquérito à Justiça Federal, que julga crimes praticados contra patrimônio da União e a integridade física das populações tuteladas. Antes de encerrar a apuração, Monteiro Filho ainda volta à região, pois acredita que houve a participação de um sétimo posseiro na chacina. Segundo ele, todos os implicados serão indiciados por homicídio qualificado, com as agravantes de assassinatos com requinte de crueldade, formação de quadrilha, emboscada e ação que não permitiu a defesa das vítimas.

Antes de remeter os autos, Monteiro recebe os resultados dos exames de necropsia realizados no dia seguinte à chacina pelo legista enviado ao local pela Secretaria de Segurança Pública. Somente uma das vítimas, afirma Monteiro, recebeu vários disparos mesmo depois de morto. Foi Agenor Nunes Macedo, crivado de balas e chicoteado horas depois da chacina pelo tutelado conhecido como João Verde, um ex-favelado paulista que se agregou aos xacriabás ao casar-se com uma remanescente. Figura folclórica na região, cercada de histórias que lhe atribuem poderes sobreumanos, João Verde chicoteou e atirou várias vezes contra o corpo inerte do pistoleiro. "Esse nunca mais" — disse ele aos índios que cercavam os quatro mortos.

"Com o início da retirada dos posseiros da reserva e sua transferência para o Jaíba e com a prisão do Francisco Amaro" — avalia o delegado Renato Surette — "a tendência é de que a Funai consiga resolver desta vez o problema da reserva. A questão — todos sabemos — é de natureza estrutural. Os índios vivem um problema social, que não pode ser resolvido simplesmente colocando a Polícia Federal na área e isso já ficou provado em outras oportunidades. Resolvendo também a questão dos posseiros e com os grileiros fora de ação, o primeiro grande passo está dado". Essa é também a opinião de outro delegado federal que acompanha de perto o conflito, Fernando Vasconcelos. "As coisas começam a clarear" — diz ele.